



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

NOTAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS RESULTANTES DA AÇÃO DE PRESERVAÇÃO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SUDOESTE DA BAHIA

Adriana Alves da Silva
(UESB)

Daniela Moura Rocha de Souza
(UESB)

Davi Donato
(UESB)

Josilda Moreira Souza
(UESB)

Prof^a. Ana Palmira Casimiro
(UESB)

Lívia Diana Rocha Magalhães⁴⁵⁰
(UESB)

INTRODUÇÃO

O documento escrito, dentre outros, é uma importante fonte de comunicação e deve ser preservado. Ademais, é um registro material de fatos, fenômenos, modos de vida e de pensar dos homens. Geralmente, é utilizado em função de um uso prático, no presente, para fins administrativos, operacionais, legais, técnicos e/ou, até mesmo, afetivos e, após tal utilização, apresentam-se como subsídios para o conhecimento do passado e são fontes de informação para a pesquisa (OLIVEIRA, 1994). Nestes casos, merecem especial atenção os

⁴⁵⁰Alunas participantes da comissão de implantação do Centro de Documentação do Museu Pedagógico, coordenado pelos professores Ana Palmira Casimiro, Lívia Diana Magalhães, Edinalva Padre, Ruy Medeiros e bolsistas de iniciação científica.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

documentos escolares, tanto das escolas em funcionamento como das escolas extintas.

A vida de uma 'organização', qualquer que seja, fica registrada nos documentos que ela produziu para cumprir seus objetivos e naqueles recebidos de fora. Assim, todos os tipos de organizações são, potencialmente, produtoras de informações e documentos. Segundo Oliveira (1994), documento de arquivo é toda organização fixada em suporte, recebida ou produzida por uma 'organização' pública, privada ou por pessoa. Ainda, segundo a autora, para tratar dos documentos, a arquivologia desenvolveu um conjunto de princípios e técnicas, desde a produção e o uso até à organização, custódia e preservação (OLIVEIRA, 1994). Mormente a documentação escolar.

Nunes (2003) salienta que a palavra arquivo é polissêmica, pois, representa tanto um conjunto de documentos, quanto um organismo, instituição ou entidade administrativa encarregada de conservar os arquivos, e acrescenta que, a depender do tipo e uso de documentos, os arquivos podem ser correntes, intermediários e permanentes e, de acordo com sua propriedade: públicos ou privados, federais, estaduais, municipais, pessoais, eclesiásticos, militares, etc. A autora também coloca que, de acordo com a sua natureza, os arquivos podem ser documentais (papel), audiovisuais, informáticos, iconográficos, cinematográficos, etc. Fala, também, da importância da formação do acervo (outra denominação de arquivo) arquivístico, sendo necessário, localizar, coletar, identificar, classificar, descrever a classificação através de guias, catálogos, inventários, etc. de documentos, para que seja aberto ao público interessado.

Oliveira (1994) destaca que a arquivística desenvolveu um conjunto de princípios e técnicas, desde a produção do documento até o uso, a organização, custódia e preservação. Destes, o princípio mais importante é o 'respeito aos fundos', que define o documento segundo a instituição geradora, sendo que ela conceitua 'fundo de arquivo' como um conjunto de documentos produzidos por uma entidade



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

pública ou privada, no exercício das suas funções, cujas partes guardam relações orgânicas entre si.

Quanto à metodologia de classificação, Oliveira (1994) recomenda que, cada fundo, após o arranjo em grupos e subgrupos, deve ser distribuído em séries, que são conjuntos documentais gerados em função do exercício de uma determinada atividade, dentro daquela 'organização'.

Além disso, os sistemas de arquivo consideram o valor de um documento segundo seu uso para a organização ou por seu valor histórico.

Essa autora, de acordo com as teorias, atribui uma 'primeira idade' para o documento, quando seu uso ainda é corrente, ou, mesmo quando arquivado, precisa ser consultado; 'segunda idade' é atribuída pela autora aos documentos que já não circulam, mas necessitam de guarda precaucional, até que fique caracterizado seu valor secundário; e 'terceira idade' é aquela fase do arquivamento de documentação cujo valor histórico seja patente, o que impossibilita o seu descarte. É o que ocorre com a documentação escolar, objeto da presente comunicação.

Segundo Oliveira (1994), é na passagem do arquivo corrente para o intermediário que listas podem ser produzidas contendo informações genéricas para cada tipo de documento, porém, é no arquivo permanente que o plano de descrição do acervo deve ser mais complexo, por meio de guias, catálogos e inventários. Os guias são os mais simples, seu objetivo é levar ao público, informações gerais acerca do acervo, os catálogos mais detalhados consistem em uma descrição exaustiva dos documentos do acervo referente apenas a temas específicos destes. Os inventários, objeto de nossa análise:

Constituem importante instrumento de trabalho nos arquivos, já que sua característica principal é descrever o acervo de forma analítica (peça por peça) ou sumária (série por série) de acordo com a sua localização física no



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

depósito. Os inventários especificam os tipos documentais, as datas-limite, a origem, o destino e o assunto nos seus verbetes. (OLIVEIRA, 1994. p. 29-30).

De acordo com pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação, da Universidade Federal de Sergipe (1997):

O levantamento e catalogação de fontes documentais para o estudo da História da Educação Brasileira é o grande desafio colocado para os pesquisadores que necessitam de guias como instrumento de informação sobre a localização, disponibilidade e condições de utilização dos acervos. Mais do que isto, a organização, catalogação e seleção de fontes são instrumentos metodológicos indispensáveis para a produção do conhecimento histórico-educacional. (NPSE, 1997, p. 15).

Esses pesquisadores salientam que, em 1986, doutorandos em Filosofia e História da Educação organizaram um grupo de estudos e pesquisa vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o HISTEDBR (História, Sociedade e Educação no Brasil) tendo como projeto levantar e catalogar fontes primárias e secundárias da educação brasileira em nível nacional. Tendo vários GTs, ou seja, grupos de trabalhos estaduais que integram a rede HISTEDBR, que, em Vitória da Conquista, é representado pelo Museu Pedagógico.

Para Nunes (2004), os documentos escolares se referem aos elementos relacionados com a vida da instituição escolar, apresentam a pluralidade de fontes documentais produzidas na própria instituição escolar e constituem importantes fontes de pesquisa, contidas na biblioteca, secretaria, contabilidade, livros permanentes, documentos de alunos e de professores, etc.

Na tentativa de construir uma história da educação que intercale o local, o regional e o nacional, os Arquivos, Bibliotecas e Museus aparecem como grandes



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

aliados dos pesquisadores que buscam, na íntima relação do todo com as partes, estabelecer elos que permitam construir, reconstruir e resgatar essa história. Neste sentido, o Museu Pedagógico de Vitória da Conquista, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, norteado pelo princípio interdisciplinar, é conhecido como sendo um lugar destinado à pesquisa e à extensão da História da Educação nacional e regional, uma vez que a catalogação de fontes documentais, primárias ou não, escritas ou orais, se constitui prioridade, possibilitando diferentes olhares e leituras sobre a educação. O Museu Pedagógico, apesar de estar ainda em processo de organização, se constitui, hoje, como um espaço de produção de conhecimentos, reflexões, pesquisa e produção de saberes, sobre questões relacionadas à trajetória da educação.

A partir de 2003, uma primeira equipe que constituiu o projeto de pesquisa: A Educação no Sudoeste Baiano: seus sujeitos, materiais e representações, realizou o reconhecimento dos acervos e a coleta de fontes documentais de escolas extintas da região que estavam armazenados na Diretoria Regional de Educação e Cultura da nossa Região-DIREC - 20. Em seguida, propuseram um convênio entre essa diretoria e a UESB para que essas fontes fossem transferidas para o Museu Pedagógico, com o objetivo de possibilitar a pesquisa e a guarda e garantia da consulta dos documentos comprobatórios da escolaridade de ex-alunos, professores etc. (MAGALHÃES, CASIMIRO e MEDEIROS, 2003). Conforme esses autores,

O arquivo escolar da DIREC-20 encontrava-se instalado numa pequena sala, que integra conjunto de outras, alugadas pelo Estado e abriga documentos de escolas públicas e particulares extintas. Trata-se de um depósito de documentos, provido de estantes de aço, cujo espaço não permite circulação ao mesmo tempo por mais de uma pessoa emparelhada nos dois corredores formados pelas prateleiras. A sala-arquivo referida não tem mais nenhum espaço para abrigar novos documentos.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Ainda em 2003, foi apresentada à UESB e à DIREC uma proposta segundo a qual a Equipe do Museu se comprometeria a acolher o arquivo da DIREC em seu próprio espaço. Caberia à DIREC-20 transferir seu pessoal para o local, como uma espécie de extensão do órgão, em espaço adequado cedido pelo Museu. A equipe do Museu deveria organizar, musealizar e disponibilizar os documentos pertinentes para o público interessado, pesquisadores ou pessoas da região, na demanda por sua história escolar. Os autores acreditavam

[...] ser de suma importância o referido acervo tanto para os servidores, interessados, governo e sociedade e que a preservação do Arquivo se faz necessária, principalmente porque: a) Quando o arquivo da DIREC-20 receber documentos não-correntes de estabelecimentos não extintos, sua finalidade será potencializada. O governo terá, centralizadas, informações necessárias e prontamente disponíveis; b) Alunos e professores, com a guarda, conservação, classificação e possibilidade de acesso aos dados documentais, poderão ter comprovantes de sua situação e direitos decorrentes de seus cursos. (MAGALHÃES, CASIMIRO e MEDEIROS, 2003).

Para eles, tratava-se de deixar documentada parte da vida de pessoas, que têm direito de ver preservado comprobatórios biográficos, documentos que integram suas vidas e de seus semelhantes. A História, especialmente a História Cultural ou Educacional tem, no arquivo da DIREC-20, fontes essenciais para a pesquisa, uma vez que, organizado o arquivo, estudiosos poderiam produzir conhecimento, estudantes e professores poderiam conhecer e fazer conhecer a história, e nos cursos de História e de Pedagogia seria possibilitada e desenvolvida a finalidade de pesquisa e produção do conhecimento.

Para Magalhães, Casimiro e Medeiros (2003), o arquivo Escolar da DIREC-20, como os arquivos públicos em geral, tem suma importância. O fato de



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

tratar-se de arquivo setorial não lhe diminui o mínimo de relevância para servidores em geral, governo, interessados e sociedade. Segundo os autores, já se tornou truísmo dizer que os **“arquivos constituem a memória do governo”**. São eles necessários ao planejamento, mantêm informações sobre as diversas ações e realizações governamentais, ministram informações essenciais para a continuidade administrativa, informam sobre direitos e prerrogativas de administrados e administradores, dentre outros fins oficiais. Segundo os autores,

O arquivo escolar da DIREC-20 traz a história de escolas, alunos, dirigentes educacionais e professores. O seu arquivo não-corrente informa o público atingido pela ação governamental e particular (quanto a estabelecimentos extintos), número de formandos por ano, tipo de ensino, currículo, etc., necessário ao conhecimento da evolução e ao planejamento governamental no setor. Quando o arquivo da DIREC-20 receber documentos não-correntes de estabelecimentos não extintos, sua finalidade será potencializada. O governo terá centralizadas informações necessárias e prontamente disponíveis.

Desta forma, ainda na fala dos autores,

Alunos e professores, com a guarda, conservação, classificação e possibilidade de acesso aos dados documentais, poderão ter comprovantes de sua situação e direitos decorrentes de seus cursos. Um histórico-escolar, por exemplo, necessário à matrícula em séries posteriores, ou a vestibular, a inscrição em concurso, etc., estará disponível, em proteção ao interessado. O arquivo da DIREC irá cumprir, de forma mais eficaz e duradoura a finalidade de documentar e ressaltar direitos. E mais que isso: Trata-se de deixar documentada parte da vida de pessoas, que têm direito de ver preservado comprobatórios biográficos, documentos que integram suas vidas e de seus semelhantes.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Tratou-se, pois, de transferir a documentação para local mais adequado a fim de desempenhar as atividades e cumprir o quanto dispõe a legislação atual de arquivos. Porém, não se tratou apenas de encontrar depósito espaçoso para os documentos, mas de depositá-los em local com dimensão suficiente, com área de leitura, vigilância de funcionário, de classificar os documentos, mantê-los bem conservados, catalogá-los, divulgar sua existência, sua importância e finalidade e colocá-los a serviço das atividades do governo, da proteção de direitos e da pesquisa e produção do conhecimento. A intenção da equipe do Museu, naquele momento, ficou registrada na fala da sua equipe:

Quanto à disponibilidade, pretendemos: a) Colocar os documentos numa ordem tal que os tornará, e à informação neles contida, acessíveis ao uso; b) Permitir descrever os documentos mediante meios de busca que farão conhecidos seu caráter e conteúdo; c) Prestar serviço não só ao público, mas também ao governo, no que toca a documentos transferidos para sua custódia.

A transferência foi feita, desta forma, no final do primeiro semestre de 2006 e a primeira providência da equipe técnica do Museu Pedagógico foi possibilitar um curso preparatório sobre a lida, classificação, seleção, preservação, arranjo e descrição do material da DIREC-20. O curso, teórico-prático, de 30 horas aulas, foi ministrado pela Professora Antonietta d'Aguiar Nunes, Doutora em História da Educação pela UFBA e Funcionária do Arquivo Público do Estado da Bahia, como será visto, a seguir.

Em 2006, uma segunda equipe, constituída por professores e alunos de iniciação científica, deu início ao processo de catalogação, preservação e musealização dos documentos, sejam eles escritos ou fotográficos, constituindo o Centro de Documentação do Museu Pedagógico, com fontes para a construção



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

de conhecimentos da história da educação no município de Vitória da Conquista-Ba. No Museu Pedagógico da UESB, estão desfrutando da oportunidade de conhecer, estudar, e pensar sobre acervos escolares e, sobretudo, de testemunhar o quanto esses documentos são fontes preciosas para as pesquisas na área da História da Educação, particularmente Local e Regional.

Nesse processo, a referida equipe começou a trabalhar após o recebimento dos documentos escolares (como pastas de alunos, livros de atas, diários de classe, etc.) de algumas escolas extintas, transferidas pela DIREC - 20 para o Museu Pedagógico, conforme o mencionado convênio. Neste processo, desempacotaram, contaram e organizaram, em maços, nas prateleiras de metal, os documentos de três escolas, como uma espécie de amostra para servirem de parâmetro para a realização do curso oferecido por Antonietta d' Aguiar Nunes.

No Curso, a professora Antonietta ressaltou os princípios gerais da organização de Arquivos, ou seja, dos primeiros passos a serem realizados. Na sua visão, o primeiro passo deve ser fotografar os documentos tal qual aparecem no local para, em seguida, começar, de fato, a sua organização, segundo os seguintes princípios: 1 - Proveniência (lugar de onde vem o documento, quem o criou, com que objetivo, quando?); 2 - Unicidade (cada documento tem um valor único e só se arquivava uma única versão do documento, de preferência, o original); 3 - Organicidade (os documentos da mesma proveniência não são soltos, são organizados entre si); 4 - Indivisibilidade (a separação dos documentos por cada escola, considerando que tudo da mesma proveniência é indivisível); 5 - Manutenção da ordem original dos documentos.

Depois, passou-se à realização da parte prática do curso, no qual se compartilhou a idéia de que toda documentação de uma mesma instituição é um fundo documental e que há passos para a catalogação, que consiste em identificar



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

nos documentos: o Fundo, o Tipo, a Data, Autoria, Estado de Conservação, Grupos, Subgrupos, Séries, etc. Passou-se, depois, a trabalhar com um maço de documentos contendo várias pastas de alunos e a identificar todos os documentos contidos dentro de cada pasta. A orientação foi a de que se devia detalhar ao máximo cada documento e que, uma vez retirado do lugar, deveria voltar para o mesmo, respeitando-se à ordem em que cada documento estava inserido no seu local de origem.

Após a realização desse mini-curso e de reuniões técnicas, a equipe de alunos e professores passou a realizar o trabalho propriamente dito de organização do acervo. Todavia, a documentação escolar tem exigido da equipe uma constante atenção e reflexão, à medida que se lida com uma documentação individual para cada aluno e, observa-se, ainda, muitas lacunas a serem respondidas quanto à organização de acervos escolares.

No presente caso, optou-se por descrever cada documento, situando apenas: fundo, grupo, maço, tipo de documento e a descrição complementar sobre os questionamentos e reflexões que vão aparecendo na análise de cada documento. Eis aí um trabalho lento e gradual, porém de uma extraordinária importância para se entender a relação que foi se estabelecendo entre pesquisa e fontes.

Foram catalogadas as pastas dos alunos e percebeu-se o quanto o trabalho será lento, gradual e árduo, uma vez que existem vários tipos de documentos incluídos em cada pasta como: atestados médicos, exames de admissão, exames biométricos, históricos escolares, fichas individuais do aluno, solicitações de matrícula e outras coisas, como informações relativas à data do mesmo, autoria, emissão, conteúdo, estado de conservação, etc. A proposta é colher o máximo de informações dos documentos para facilitar o trabalho dos pesquisadores, uma vez que o manuseio, com o tempo, desgasta o documento e a substituição do original pela informação do inventário, guia e/ou catálogo adia este desgaste. O trabalho foi interrompido com a chegada de uma série de documentos escolares de outras

escolas vindas da DIREC - 20, e, posteriormente, passou-se ao trabalho manual do recebimento e guarda dos novos documentos.

Com a referida experiência, aprendeu-se que a pouca formação técnica e teórica na área tem dificultado um pouco os trabalhos, contudo, o grupo acredita-se respaldado pelo constante compartilhamento de recursos e experiências dos orientadores que tem sido muito importante, até mesmo essencial para a compreensão de que o uso das fontes depende não apenas do objeto e dos objetivos, mas, também, da delimitação, isto é, dos recortes efetuados pelas linhas de investigação dos grupos de pesquisa do Museu Pedagógico.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CASIMIRO, A.P.B. S, MAGALHÃES, L.D. R e MEDEIROS, R.H.A. Museu Pedagógico: A intervenção Acadêmica como ação de preservação de Fontes para a História da Educação do Sudoeste da Bahia. p. 185. In: **VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. Aracajú: 2003.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- GUIA DE FONTES PARA O ESTUDO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE**. Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação – NPSE - Universidade Federal de Sergipe – UFS. Recife: Gráfica e Editora Liceu, 1997.
- MAGALHÃES, L.D. R e CASIMIRO, A.P.B.S. História da Educação em Vitória da Conquista – Bahia: um relato das primeiras ações de catalogação de fontes. p. 185. In: **VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. Aracajú: 2003.
- NEVES, Erivaldo F. **História regional e local**. Fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. UEFS/Arcádia, 2002.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Os arquivos e a história da educação baiana**. Minicurso proferido no III Colóquio Museu Pedagógico da UESB – Nov. 2003.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Arquivos e fontes documentais escolares.** Minicurso proferido no IV Colóquio Museu Pedagógico da UESB – Nov. 2004.

OLIVEIRA, Mariângela de Paiva. **Introdução aos arquivos.** São Paulo: Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo; CIS, 1994.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: **Fontes, História e Historiografia da Educação.** LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados HISTEDBR; Curitiba-PR: PUCPR; Palmas-PR: UNICS; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2004. p. 9-10.

WERLE, Flávia O. C. História das Instituições escolares: de que se fala? In: **Fontes, História e Historiografia da Educação.** LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Campinas-SP: Autores Associados HISTEDBR; Curitiba-PR: PUCPR; Palmas-PR: UNICS; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2004. p. 32-33.